



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

AFONSO X: O REI TRADUTOR

Leonardo Augusto Silva Fontes*

A metáfora pode ser vista como produtora discursiva de semelhanças, sendo imprescindível nessa perspectiva referir-se a Paul Ricoeur. A produção de semelhança implicaria a identificação do mesmo no outro e do outro no mesmo. A tradução parece, assim, um terreno ideal para a metaforização do mundo, por meio de tensões comparativas e construções de comparáveis. Principalmente no medievo, época em que o mundo era compreendido, em grande parte, por meio de metáforas e analogias, que longe de serem meros recursos linguísticos, constituíam-se então em produtoras de semelhança, de sentido e de presença.

O pensamento analógico, oriundo da Antiguidade clássica, foi o instrumento intelectual que dominou o Ocidente até o século XVII, quando o pensamento lógico passou a se destacar. Hilário Franco Júnior lembra que as manifestações do racionalismo medieval foram muito limitadas no espaço, no tempo e nos segmentos sociais, não tendo desabrochado completamente antes do século XII; e que mesmo depois, as conexões analógicas prevaleciam sobre as lógicas (em grande parte da cristandade). Esse modo de (de)codificar o mundo perpassa diferentes grupos sociais e busca similitudes/semelhanças

* Doutorando em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do *Scriptorium* (Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos). Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vânia Leite Fróes. Bolsista de Doutorado pelo CNPq. Técnico da Coordenação de Documentos Escritos do Arquivo Nacional.

entre seres, coisas e fenômenos, todos conectados em uma totalidade que os ultrapassa e é comum a cada elemento.

Portanto, a ordenação letrada dos seres humanos no regime retórico medieval se dava por construções metafóricas, nas quais as categorias são essencializadas. É o que Philippe Descola chamaria de regime da semelhança ou ontologia analógica, com todos seus graus de hierarquia e de proximidade com a verossimilhança. A analogia medieval operava, portanto, por meio de seus dispositivos de semelhança.

O desabrochar do racionalismo medieval, já presente na sociedade mas não dominante, foi concomitante com o aumento, nos séculos XII e XIII, da produção e da circulação de documentos escritos e traduzidos (muitos em língua vernácula), e a inserção dos laicos no desempenho de ofícios da escrita, como a escrivania e a tradução.

Houve igualmente um aumento na produção dos textos – inclusive os autógrafos, como os de Afonso X, cuja autoria institucional é incontestável. Isso representou uma diferença em relação à alta Idade Média, fortemente marcada pela oralidade e pela monopolização da escrita pelos clérigos.

Porém, isso não se deu da mesma forma em todos os lugares, pois o trabalho dos copistas permanecia ainda de forma corporativa na produção de códices. Muitas vezes o autor se auto-identificava; contudo, a figura individual permanecia com pouca importância, pois os textos eram entendidos obras coletivas. Além disso, a oralidade não estava totalmente perdida e nem havia saído de cena, pois o caráter performático dos textos valia muito. Como Michel de Certeau postula, a disjunção entre oralidade (associada ao tradicional e ao mágico) e a escrita (vinculada a uma prática legítima) só ocorre na modernidade.

Daí a associação do conceito contemporâneo de autoria tradicional a essa época configurar grave anacronismo e necessitar de relativização, pois havia inúmeras interferências e interpolações de outrem nos textos. Portanto, a suspeita acerca da autoria das obras e das traduções de Afonso X interessa menos que a noção afonsina de que o “rei faz o livro”, presente em sua obra:

O rei faz um livro não porque ele escreva com suas mãos, mas por que compõe as razões dele e as emenda e ajusta e endereça e mostra a

maneira de como se devem fazer e de si escrevê-las que ele manda. Mas dizemos por esta razão que o rei faz o livro¹.

Esse trecho pode ser tido como paradigmático acerca do lugar e da importância do livro na corte afonsina. E pode ser até mesmo entendido de modo metafórico, no qual o rei é o próprio livro, portador da verdade. O reinado de Afonso X, conhecido como rei sábio e que governou Castela e Leão de 1252 a 1284, foi fortemente marcado pelo uso da escrita enquanto construtora de identidade e instrumento de poder. Escrever é dominar. Assim, a escrita afonsina se revestia de grande caráter político e se vinculava diretamente ao exercício do poder. Por isso, era bastante interessante e pragmático o investimento do monarca neste universo, sendo frequente a aparição de Afonso X em miniaturas rodeado de profissionais do mundo da cultura como copistas, tradutores e músicos. Cabe lembrar o papel desses colaboradores como intermediadores culturais e políticos, inclusive judeus e muçulmanos.

Nesse sentido, Afonso X impulsionou enormemente a cultura escrita em terras castelhanas, inclusive no campo da tradução. Em meados do século XIII, Toledo era o centro da atividade tradutória na Europa, a partir desse impulso afonsino, em cuja oficina os secretários redigiam primeiro em castelhano, depois, em certos casos, em latim, o que os intérpretes, geralmente judeus, tinham compreendido da língua de partida.

Além do legado clássico, diversas obras árabes, como de astronomia e astrologia, o relato de viagem noturna de Maomé, o célebre tratado de magia chamado *Picatriz*, foram traduzidas e divulgadas. Toledo era, então, o grande centro tradutor e cultural da Europa, de onde o Ocidente iniciou a apropriação da produção intelectual do mundo greco-romano e do islâmico.

Afonso X estabeleceu uma diferença com a política de traduções de seu reinado em relação aos precedentes, incluindo em seu *corpus* obras literárias juntamente a científicas e filosóficas. Ademais, ao traduzir para o castelhano, não o latim, rompeu com a tradição de se utilizar a língua vernacular apenas como intermediária oral entre arabistas

¹ AFONSO X, O SÁBIO, *General estoria* I, 477 b. “El rey faze un libro non por quel él escreva con sus manos mas porque compone las razones d’él e las emienda et yegua e endereça e muestra la manera de cómo se deven fazer, e desí escrívelas qui él manda. Però dezimos por esta razón que el rey faze el libro”.

e latinistas. O rei sábio, por exemplo, ordenou e participou da tradução dessas obras (a maioria para o castelhano), juntamente a judeus e muçulmanos.

O que mobilizava o monarca castelhano e cristão Afonso X a traduzir textos latinos e árabes para sua língua vernacular? Se formos além, o que o levava a traduzir? O que significava traduzir nesse momento?

Ao longo da Idade Média se desenvolve a concepção de tradução como uma espécie de *enarratio* (uma parte da gramática), onde o comentário praticamente substitui o texto original. Mauri Furlan afirma que a tradução em língua vulgar dos autores clássicos é uma atividade indissociável da exegese, do comentário e da apropriação textual. Mas a tradução não era simplesmente uma reprodução do texto da língua de partida na língua de chegada². O tradutor era, portanto, também autor. Além disso, a tradução era também um dispositivo de assimilação do Outro (Antiguidade e Islã), por meio da construção de semelhanças. A tradução pode ser vista como condição de possibilidade do diálogo intercultural ou a uma ontologia da linguagem.

O texto medieval não era considerado como algo imutável e definitivo, mas passível de interpretações, fabricos e reinvenções segundo tempo(s) e época(s). A possibilidade de enriquecer, corrigir, alterar, mudar e comentar era vista como uma condição de valorização, não uma deturpação da ideia original. Assim, traduzir significava não apenas transpor significado entre línguas, mas também uma operação que envolvia comentários, glosas e (re)construção de semelhanças.

Portanto, o ato de traduzir na corte afonsina fazia a obra final adquirir um estatuto de verdade não apenas por ser fruto de uma oficina régia; desse modo, a tradução mobilizava todo um universo novo de categorias semânticas (com a aquisição de diversos vocábulos), de construções metafóricas e dos súditos a favor do rei e de seu imaginário. Juan Ramon Lodaes defende que durante a Idade Média subsistia uma concepção da língua como motor simbólico universal – o mundo estava feito e expresso nas palavras, algo muito distinto do nosso uso instrumental e técnico. Buscava-se então ler os segredos de uma ordem ou de um autor a ser desvelado.

² O termo “original” será evitado quando se referir ao texto na língua de partida, pois na perspectiva aqui adotada a tradução também resulta em uma obra original, visto a liberdade criativa da atividade tradutória no medievo.

Nessa época era praticamente impossível distinguir as categorias de escrita e leitura, ou escrita e oralidade, pois havia forte complementaridade entre ambas. A palavra se associava diretamente à escritura bíblica.

No caso de Afonso X, a escrita foi tratada como um patrimônio, inclusive material, para a posteridade. O rei sábio não destinou suas obras à livre circulação e leitura, mas as integrou em seu patrimônio régio, de caráter político, cuja expressão material são textos escritos com caráter oficial, compostos e custodiados como verdadeiros bens, inclusive hereditários.

Isso demonstra um cuidado e valorização do monarca. A oficina régia afonsina deveria ser consciente de seu poder, já que na Idade Média as palavras demonstravam o significado de verdades naturais, históricas ou intelectuais, por trás dos significantes. É como se a essência das coisas estivesse verbalizada e revelar as palavras fosse revelar a própria verdade. O mundo deveria ser lido, decodificado, interpretado. A linguagem era enunciada e se fazia ouvir.

A atividade de definir, interpretar, esclarecer, escrever e traduzir era um método de conhecimento e de intermediação que dotava os textos e traduções afonsinas de grande credibilidade, porque por trás das palavras estaria a própria verdade. Por trás do livro, estaria o verbo. Nesse sentido, o rei aparece como a representação política de Deus na Terra e seu reino material transposto do divino.

Além da consolidação linguística, identitária e política do reino, vemos que no século XIII, o rei ajuda a viabilizar a noção de território e de fronteira, diferentes da territorialidade imperial. É uma nova forma de se agregar identidade, mobilizando os súditos em torno de um líder sábio e revestido de aura santificada – não sacerdotal –, e de um projeto centralizador. No caso de Afonso X, seu regime corporativo explicitava que era ele a cabeça de um reino/corpo social cada vez mais integrado através de escrita. Na visão organicista de sociedade que se corporifica ao longo dos séculos XII e XIII, o rei está no topo da comunidade e sua escrita, no centro. Assim como as viagens itinerantes, a escrita era um eficaz recurso de presença.

Entretanto, cabe destacar que no campo linguístico Afonso X não tinha outra opção que não adotar o vernáculo. Mas ele foi além, pois como já foi dito, fomentou a tradução de diversos livros árabes, por exemplo: *Calila e Dimna*. *Fábulas*, *La Escala de*

Mahoma, Lapidario, Las Tablas Alfonsíes de Toledo, Libros del saber de astronomia e o Livro Conplido nos Iudizios das Estrelas.

Essas obras apontam para a imagem de um monarca que escreve, trova e traduz não só em busca de conhecimento e ensinamento, mas como um caminho para sua salvação pessoal e política. Parece evidente que suas obras integravam um projeto definido e bastante ambicioso de poder e sociedade, como o foi seu malfadado desejo de se tornar imperador da cristandade. Apesar do bloqueio e resistência de grupos tradicionais à sua grande reforma institucional, cultural e legislativa, ela foi em grande parte levada a contento, ainda que diversos filtros matizassem suas intenções iniciais.

Porém, nada disso macula a importância destes empreendimentos, inclusive no que tange ao seu relacionamento com os mouros e a tradução de seu legado. Desta maneira, convém ressaltar que a corte afonsina foi a responsável pelo aporte, por meio de suas traduções, do conhecimento dos antigos e dos próprios árabes aos europeus, cujas trocas enriqueceram sobremaneira as sociedades ibéricas e a europeia como um todo. Isso ajuda a desmistificar a visão da Península Ibérica como uma região periférica pelo restante da Europa.

Afonso X afirmou o castelhano, uma língua vulgar, diante do latim e outras línguas, e incorporou os acréscimos árabes e hebraicos. Mas ao mesmo tempo, se afirmou como um grande intermediador cultural entre cristãos e não-cristãos. Ainda que grande parte de sua atividade tradutória tivesse fins pragmáticos de apreensão do conhecimento do Outro, seu legado cultural foi muito além dessa pretensão inicial.

Tantas ambiguidades acabaram por levar até os dias de hoje a polêmica sobre o papel que o Islã teve neste pedaço da Cristandade. Duas sociedades em tese antagônicas, que estabeleceram em terras ibéricas contatos conflitivos, mas também trocas culturais intensas, como no campo do saber, dando origem à produção de diferenciações e identificações.

O filólogo, historiador e arabista português José Pedro Machado relembra que há quem ache certas traduções muito arabizadas, o que ajuda a corroborar a tese de que houve a presença não só dos árabes como de sua língua e cultura nas entranhas do reinado afonsino. Isso aponta para a fluidez das fronteiras e dos interstícios entre estes dois mundos, antagônicos no campo de guerra, mas não necessariamente no da escrita.

Algumas obras foram diretamente traduzidas do árabe, como o *Livro perfeito dos juízos das estrelas* de Ali e o *Mi'rāj*, a viagem de Maomé aos céus. É sabido que Afonso X viveu rodeado de ideias, sábios e livros muçulmanos, e que não os rejeitou; ao contrário, percebeu seu valor e fez questão de assimilá-los à história da cristandade, pela via tradutória castelhana. Isso fica claro, por exemplo, na introdução do *Livro perfeito dos juízos das estrelas*, um dos mais conhecidos tratados de astrologia judiciária. O prólogo da tradução castelhana, titulada *El Libro conplido en los iudizios de las estrellas*, diz o seguinte:

Laores e gracias rendamos a Dios padre uerdadero, omnipotent, qui en este nuestro tiempo nos denno dar sennor en tierra connocedor de derechuria e de todo bien, amador de uerdat, escodrinador de sciencias, requiridor de doctrinas e de ensennamientos, qui ama e allega a ssi los sabios e los ques entremeten de saberes e les faze algo e mercet, porque cada uno d'ellos se trabaia espaladinar los saberes en que es introducto, e tornar-los en lengua castellana a laudor e a gloria del nombre de Dios e a ondra e en prez del antedicho sennor, el qui es el noble Rey do Alfonso, por la gracia de Dios rey de Castiella, de Toledo, de León, de Gallizia, de Seuilla, de Cordoua, de Murcia e de Jahen e del Algarue e de Badaioz, qui sempre desque fue en este mundo amo e allego a ssi las sciencias e los sabidores en ellas e alumbro e cumplio la grant mengua que era en los ladinos por defallimiento de los libros de los buenos philosopnos e prouados³.

Esse prólogo sintetiza o pensamento de Afonso X acerca de seu projeto político-cultural e tradutório, no qual aparece como um rei justo e promotor da ciência; um rei que reúne sábios em torno de si e os retribui; um rei que postula a deficiência da cultura ocidental diante da oriental e que por meio da tradução de livros científicos procura supri-la; um rei que ressalta a importância dos judeus nesse processo. A astrologia metaforiza todo o saber oriental, por meio desse recurso de presença que se transforma a tradução no reinado afonsino. Essa tradução é a prova do plurilingüismo afonsino, pois foi realizada por um judeu toledano, que além do árabe, conhecia também o hebreu e traduziu uma obra árabe ao castelhano.

Um privilégio de Afonso X de 08/12/1254, bem no começo de seu reinado, deixa antever sua apreensão do Outro islâmico, no caso a coletividade dos mouros. Estes foram marginalizados ao longo de quase toda sua escrita e de seu reinado, mas no campo do

³ IBN ABI 'L-RIDJAL. *El Libro conplido de los iudizios de las estrellas* / Aly Aben Ragel; tradução feita na corte de Afonso X, introdução e edição por Gerold Hilty; prólogo de Arnald Steiger. Edição digital da edição de Madrid, Real Academia Española, 1954. Prólogo.

saber, Afonso X reconheceu e incorporou suas contribuições, principalmente no que se refere às traduções. Este privilégio concedeu à cidade de Sevilha uma escola de estudos gerais de latim e árabe:

por grant sabor que é de facer bien, é merced, é levar adelante á la noble cibdat de Sevilla, é de enriquecerla, é enoblecir mas porque es de las mas honradas é de las mayores cibdades de Espanna, é por que yase hi enterrado el mui honrrado Rey Don Fferrando, mio padre, que la ganó de moros é la pobló de christianos á muy gran loor é grant servicio de Dios, é á honrra é á pro de todo christianismo, y por que yo fui con él ganarla, é en poblarla, otorgo que aia hi estudios é escuelas generales de latin é de árabigo⁴.

Que outro rei cristão fundou concomitantemente casas do saber tanto de latim quanto de árabe? Pode-se ver aí uma condensação da retórica afonsina, de salvaguardar e recuperar o passado hispânico, representado na figura de seu pai e antecessor Fernando, grande rei *reconquistador*, ao mesmo tempo em que enxerga a realidade do seu tempo, incorporando os contributos da civilização islâmica. Afonso X tinha que lidar com a presença dos muçulmanos que permaneceram em terras cristãs e com o legado cultural dos sábios islâmicos – que buscou assimilar. E para garantir a segurança desses sábios que seriam atraídos a Castela e Leão, o privilégio determina que

Los maestros é los escolares que vinieren hi al estudio, que vengan salvos é seguros por todas las partes de mis regnos, é por todo mio señorío, con todas sus cosas, é que non den portadgo ninguno de sus libros, nin de sus cosas que troxieren para si, et que estudien é vivan seguramiente é en paz el la cibdat de Sevilla⁵.

Entretanto, apesar de investir na recuperação do passado romano e na aceitação, filtrada, do mundo árabe em seu projeto, a grande marca de Afonso X foi a opção do vernáculo castelhano como chave de um ambicioso projeto de renovação intelectual. O Mesmo hispânico vivenciava, assim, uma forte identificação por meio da língua. É notável, de fato, a dedicação com a qual a escrita afonsina foi praticamente toda feita em castelhano.

O projeto afonsino, inclusive o tradutório, mostra uma eficaz capacidade de mobilização de diferentes dispositivos vinculados à metaforização do mundo e a

⁴ Privilégios reais de Afonso X. In: FERNANDEZ Y FERNANDES, Francisco. *Estado social y político de los mudejares de Castilla, considerados en si mismos y respecto de la civilizacion española*. Madrid: Imprenta de Joaquin Muñoz, 1866. p. 344.

⁵ Ibid., p. 344.

estratégias de diferentes campos do saber para legitimar a si mesmo, sua linhagem, suas pretensões políticas e pessoais.

Através das traduções, Afonso viu uma oportunidade de beneficiar seus reinos e seus súditos, com os aportes de uma civilização islâmica que amedrontava, mas fascinava a cristandade. Ao mesmo tempo consolidava uma auto-identificação hispânica, na qual o vernáculo castelhano era a chave de um esforço político e intelectual que beneficiava mais diretamente os cristãos.

A assimilação desse Outro tinha um viés pragmático, como no caso da construção de dois observatórios em seu reino com o objetivo de corrigir imperfeições referentes à contagem dos dias e anos, cujo resultado das pesquisas foram contemplados, parcialmente, na obra *Libro del Saber de Astronomia* (1276-1279), um misto de compilações de traduções de textos árabes para o castelhano e de outros textos baseados nas observações estabelecidas nos observatórios.

Porém, Afonso X nunca comprometeu sua imagem de rei cristão. Ele condenava o Islã e o Judaísmo, mas ao mesmo tempo sua escrita possuía uma porosidade aos elementos da cultura, sensibilidade e literatura árabes e hebraicas.

Cabe ressaltar que a valorização do elemento oriental na obra do rei sábio não pretende diminuir, muito menos anular as outras contribuições, como a dos antigos e prelados. Dom Afonso não era judeu nem muçulmano; sua obra era, acima de tudo, cristã. Ainda assim é inegável que nenhuma outra língua românica incorporou, como a castelhana, as colaborações árabes e hebraicas e nenhum outro rei se dedicou tanto à tradução desse legado.

Cabe lembrar que para mobilizar seus súditos o discurso afonsino se imbuiu de credibilidade. Seu investimento nas traduções foi muito mais que um fato/feito meramente linguístico ou cultural, pois subjazia aí uma visão política e de mundo, voltado para a alteridade, para diferentes culturas, visando construir semelhanças, mas ao mesmo tempo refratando a hierarquia na qual os cristãos, e acima de todos o monarca, ocupavam topo do corpo social.

O que estava em jogo era a tradução de mundos e de práticas letradas, que passavam a associar mais fortemente língua, poder e sociedade. Isso se dava por meio de estratégias, inclusive tradutórias, que reivindicavam uma concepção da escritura (e do

poder) de inspiração claramente aristotélica, na qual o autor-tradutor está assimilado a uma eficácia que orienta a ação política.

Por fim, o castelhano em meio ao plurilinguismo de Afonso X e, sobretudo, de seus colaboradores. Essa língua se torna o centro de expressão de sua corte e de seus súditos e se enriquece diante do contato com outras línguas, ampliando seus meios expressivos e ao ter que se expressar – principalmente nas traduções - valores e conceitos nunca expressados em castelhano. O Outro possibilitava, assim, o desenvolvimento do Mesmo. A tradução, por meio da construção desses comparáveis, oferecia então condição de possibilidade de metaforizar o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO X. *General Estoria*. Madri: Centro de Estudios Históricos, 1930.

Privilégios reais de Afonso X. In: FERNANDEZ Y FERNANDES, Francisco. *Estado social y político de los mudejares de Castilla, considerados en si mismos y respecto de la civilizacion española*. Madrid: Imprenta de Joaquin Muñoz, 1866. p. 344.

BARROSO, Graciela. *Alfonso X y la Escuela de Traductores de Toledo – Notas para un estudio de políticas lingüísticas*. Actas Academia de Ciencias Luventicus. 2003

DE CERTEAU. Michel. “Economia escriturística”. In: DE CERTEAU. Michel. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1994.

DESCOLA, Philippe. *Par delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Modelo e imagem. O pensamento analógico medieval*. Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre | BUCEMA [En ligne], Hors-série n° 2 | 2008, mis en ligne le 28 février 2009, consulté le 01 septembre 2013. URL: <http://cem.revues.org/9152>

FURLAN, Mauri. “Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente: II. Idade Média”, in *Cadernos de Tradução n° XII*. Florianópolis: PGET, 2005. pp. 9-28.

IBN ABI 'L-RIDJAL. *El Libro conplido de los iudizios de las estrellas / Aly Aben Ragel*; tradução feita na corte de Afonso X, introdução e edição por Gerold Hilty; prólogo de Arnald Steiger. Edição digital da edição de Madrid, Real Academia Española, 1954. Prólogo.

LACOMBA, Marta. *Réécriture et traduction dans le discours d'Alphonse X*. Cahiers d'études Hispaniques Médiévales, no 33, 2010, p. 27-42.

LODARES, Juan Ramón. “El mundo en palabras. (Sobre las motivaciones del escritorio alfonsí en la definición, etimología, glosa e interpretación de voces)”. In: *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*. N°21, 1996.

MACHADO, José Pedro. “Afonso X, o sábio, poeta e tradutor”. In: 7. Centenário da morte de Afonso X, o Sábio. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1987.

RICOEUR, Paul. *Sobre a tradução*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

VILLANUEVA, Francisco Márquez. *El concepto cultural alfonsí*. Madri: Colecciones Mapfre, 1994.

